

Um cenário, múltiplas atuações: facetas do comércio de trabalhadores escravizados em Bonfim do Paraopeba (MG) nas últimas décadas da escravidão (1860-1888)

Ulisses Henrique Tizoco

Resumo

A partir da análise das atuações comerciais de alguns sujeitos envolvidos em negociações de mercadoria humana, pretende-se discutir aspectos do tráfico interno de cativos registrado no município mineiro de Bonfim do Paraopeba ao longo das três últimas décadas da escravidão e compreender as possíveis motivações que levaram aquelas pessoas a se inserirem em tais negócios. Serão enfatizadas as experiências de traficantes e de contratantes “comuns”. Parte-se da premissa de que as movimentações internas de trabalhadores escravizados operadas após a cessação do tráfico atlântico em 1850 fazem parte de processos muito mais amplos e complexos do que simples transferências de escravos supostamente “ociosos” de regiões tidas como “decadentes” para áreas economicamente mais dinâmicas.

Palavras-Chave: Tráfico interno de escravos. Comerciantes de escravos. Bonfim do Paraopeba (MG).

One scenery, multiple performances: faces of the trade of enslaved workers in Bonfim do Paraopeba (MG) during the last decades of slavery (1860-1888)

Abstract

Based on the analysis of the commercial activities of some people involved in human merchandise negotiations, this paper is intended to discuss aspects of the domestic slave trade registered in the municipality of Bonfim do Paraopeba (province of Minas Gerais)

during the final three decades of slavery and to understand the possible motivations that led those people to enter into such businesses. The experiences of traffickers and “ordinary” contractors will be emphasized. It starts from the premise that, after the cessation of the Atlantic Slave Trade in 1850, the internal movements of captives taking place in southeastern Brazil, and in the province of Minas Gerais in particular, were part of much larger and more complex processes that went beyond a simple transfer of slaves hypothetically “unnecessary” from supposedly “decadent” areas to economically more dynamic regions.

Keywords: Domestic slave trade. Slave traders. Bonfim do Paraopeba (MG).

Texto integral

Introdução: Todos os caminhos levam ao cartório

No dia 12 de fevereiro de 1876, perderia viagem quem procurasse em suas respectivas residências o tropeiro e fazendeiro Antonio José Parreiras Coelho ou o negociante Caetano Baeta Neves. O primeiro residia à Rua do Senhor dos Passos do distrito da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) e o segundo tinha comércio estabelecido na rua do Comercio, a poucos metros de distância da casa do tropeiro. Naquele dia, porém, os vizinhos encontravam-se a três léguas dali, reunidos no cartório do Arraial de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, formalizando acordos comerciais.

Situação meramente corriqueira, sem muita relevância histórica, aparentemente. Apenas aparentemente, pois o objeto daquela transação era uma pessoa que, àquele momento, encontrava-se em situação de cativo e estava tendo seu futuro ali decidido. No cartório, Antonio instituiu Caetano seu bastante procurador para que procedesse à venda de Maria, escrava parda de 30 anos, solteira. Nascida em alguma localidade do Império do Brasil, ela havia sido matriculada em Diamantina (MG) aos 27/09/1872, sendo a 5905^a da matrícula municipal e 1^a na relação de número 1187, apresentada por Virgino dos Santos Rodrigues (**Arquivo Público Municipal de Bonfim — APMB**, n.º 4

Notas — Piedade dos Gerais, fls. 47v-48v).¹ A procuração redigida pelo tabelião não trazia mais informações sobre os envolvidos, encerrando, por enquanto, este capítulo da história daquelas três pessoas.

Quatro meses se passaram e novamente um integrante da família Parreiras podia ser encontrado em cartório juntamente com um Baeta Neves tratando de negócios referentes à mercadoria humana. Aos 14 de junho, Antonio Alves Parreiras (cuja aparente relação de parentesco com Coelho é ignorada) compareceu ao cartório do 2º ofício de notas da sede municipal, onde residia, objetivando, mediante uma procuração que no local seria lavrada, transferir poderes para que Francisco Baeta Neves (irmão do anteriormente mencionado Caetano e também negociante e residente no distrito da Cidade do Bonfim) pudesse vender ao Dr. Pedro Ribeiro de Andrade, morador da província do Rio de Janeiro, seus escravos pretos Miguel, Faustina e Salatiel, acompanhados dos ingênuos José e Antonio². A procuração, registrada à folha 97 do segundo livro para procurações, informava ainda que os cinco cativos haviam sido matriculados em Bonfim aos 16/05/1872.

Dois meses e meio depois, em 29 de agosto, o mesmo grupo de escravos e ingênuos foi mencionado em nova procuração, cujo outorgante era o mesmo Antonio Alves Parreiras. O outorgado procurador era a firma Marinho & Bebianio e, o comprador, Francisco de Paula Almeida, ambos residentes na província do Rio de Janeiro. A procuração, registrada à folha 11 do terceiro livro para procurações do mesmo cartório, informava que Miguel e Faustina eram os pais dos ingênuos e destinava-se a “passar escritura de venda dos escravos”. Logo, se seria passada uma escritura, a venda havia sido concretizada. Mas aqueles escravos já não haviam sido vendidos ao Dr.

¹ A Lei n.º 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, instituiu a obrigatoriedade de os senhores matricularem seus escravos e “ingênuos” (como passaram a ser chamados os filhos de escravas nascidos após essa data), em formulários específicos nas coletorias municipais, para a oficialização da propriedade.

² A referida Lei n.º 2040 proibia a separação de filhos menores de 12 anos de suas mães em caso de alienação destas, muito embora, na prática, tais separações não tão raro ocorressem, como constatarem, por exemplo, FLAUSINO (2006) e TIZOCO (2018).

Pedro Ribeiro, meses antes? Por que o antigo dono teria produzido nova procuração nomeando outro procurador e comprador?

As referidas procurações, documentos de cunho burocrático, atualmente pertencentes ao acervo do Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB), narram a venda de uma família composta por pai, mãe e ao menos dois filhos³ através da modalidade interprovincial (ou seja, entre diferentes províncias) do tráfico interno de escravos no terceiro quartel do século XIX no Brasil. Como toda fonte histórica, tais documentos permitem acessar determinado acontecimento, mas também deixam uma série de lacunas sobre o mesmo. Caberá ao historiador, através da confrontação entre informações oriundas das fontes e produção bibliográfica existentes, a tarefa de preencher tais vazios e fornecer um sentido coerente à narrativa.

Dessa forma, voltando à sequência acima narrada, conhecendo-se os padrões de atuação dos comerciantes de escravos de longa distância, é possível entender melhor aqueles acontecimentos. A procuração de junho, na verdade, encobriria uma venda informal dos escravos para o próprio Francisco Baeta Neves. Tratava-se de um artifício ao qual negociantes intermediários comumente recorriam para evitar o pagamento de impostos em transações comerciais envolvendo cativos. Como normalmente o adquirente ficava responsável por pagar os devidos impostos (Meia Sisa e Direitos Provinciais), os traficantes, que adquiriam escravos para revender, costumavam mascarar as compras que faziam utilizando-se de procurações passadas pelo antigo proprietário. Dessa forma, apenas o comprador final pagava os tributos, independentemente da quantidade de negociações às quais o cativo tivesse passado até chegar às suas mãos (CHALHOUB, 1990; SCHEFFER, 2012; SLENES, 1986).

No mesmo livro de procurações supracitado existem outras três, datadas de 15 e 16 de junho, autorizando o mesmo Baeta Neves a vender ao supradito Dr. Pedro

³ Embora pudesse ser irmão ou tio dos ingênuos, a idade e a posição de Salatiel naquela família, se a ela pertencia, não são especificadas nos documentos.

Ribeiro “ou a qualquer outra pessoa” escravos de outros proprietários bonfinenses, o que sugere que Ribeiro teria encomendado escravos ao negociante mineiro.

Chegando Neves ao Rio com o lote de cativos, por algum motivo o Dr. Pedro não teve interesse em adquirir a família de Faustina e Miguel, levando o comerciante a buscar, entre negociantes locais com os quais mantinha relações, outros compradores que pudessem adquiri-los. Aí entra em cena a firma Marinho & Bebianio que, sabendo de comprador interessado, teria comprado informalmente os cativos e assumido as responsabilidades referentes à concretização do negócio e aos procedimentos burocráticos de sua formalização. Para tanto, seria necessário produzir uma nova procuração, uma vez que, diferentemente do conjunto das três procurações dos dias 15 e 16, aquela passada por Parreiras no dia 14 autorizava a venda apenas ao Dr. Ribeiro, não mencionando a possibilidade de substabelecimento por parte do procurador (**APMB**, Livro 2º para Procurações do 2º Tabelião, fls. 97-100v e Livro 3º para Procurações do 2º Tabelião, fls. 11-11v).

Ainda que as vendas acima narradas e as formas como se procederam digam respeito a situações específicas da atuação comercial de determinados sujeitos, não eram nada incomuns naquele momento histórico em que estiveram compreendidas. Os casos em tela trazem uma série de elementos que permitem aprofundar o conhecimento acerca das configurações do comércio de mão de obra escravizada no Brasil após 1850, quando o tráfico transatlântico deixou de alimentar o escravismo brasileiro.

Cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos — e portanto se inscreve em contextos — de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é uma versão diferente. (REVEL, 1998, p. 28)

Dessa forma, por meio de uma perspectiva centrada na redução da escala de observação, “levando-se a sério migalhas de informações e tentando compreender de que maneira o detalhe individual, os retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores”, objetiva-se visualizar detalhes particulares no intuito de melhor compreender uma gama de relações que, por sua vez, estavam inseridas em universos maiores (REVEL, 1998, p. 13).

A aplicação do método onomástico, através da utilização de nomes como fios condutores para pesquisas em fontes de naturezas diversas, mostra-se bastante profícua para a construção de pequenas biografias que, embora fragmentárias, revelam redes de relações e contextos políticos, culturais e socioeconômicos em que se encontravam circunscritas. Para tanto, faz-se necessário recolher, inquirir e entrecruzar atentamente os variados vestígios deixados por tais indivíduos a fim de se construir um possível modelo explicativo da configuração daquela realidade (GINZBURG, 1989, pp. 143–273; GINZBURG & PONI, 1991, pp. 169–178).

Isto posto, este artigo analisa aspectos do comércio de escravos documentado em Bonfim do Paraopeba nas três últimas décadas de vigência da escravidão no Brasil, a partir das experiências de algumas das pessoas que nele se envolveram. Além do banco de dados composto pelos registros cartoriais de escrituras e procurações destinadas a negociar escravos, os rastros deixados por aquelas pessoas também foram buscados em documentos como inventários, processos judiciais, anúncios de jornal e almanaques⁴.

O comércio de escravos em Bonfim do Paraopeba pelo prisma dos negociantes...

⁴ Sendo os documentos cartorários e inventários pertencentes ao acervo do APMB, os processos judiciais ao do APMB e Arquivo Nacional e os jornais e almanaques disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para maiores detalhes e discussões sobre o tráfico em Bonfim, ver TIZOCO (2018).

Os irmãos Francisco e Caetano Baeta Neves, portugueses residentes em Bonfim, foram os principais negociantes de escravos baseados naquele município ao longo das três décadas finais da escravidão⁵. Francisco e Caetano teriam nascido na década de 1830, o primeiro, possivelmente em 1839 (**APMB**, CSO 69 (09). 1896), em Castanheira de Pera, Termo de Pedrógão Grande, região central do Reino de Portugal. Embora se desconheça a época da chegada ao Brasil, sabe-se que em 1863 eles já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial. No início daquele ano, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução da mesma, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais. Entre 1870 e 1871, este teria retirado de sua boiada de cerca de 260 cabeças, que estava engordando em pastos arrendados, “uma parte” para enviar ao mercado da Mata / Rio (**APMB**, Livro 6, fls. 84-85; **APMB**, CSO 69 (06), 1873).

A partir de 1871, os Baeta Neves passaram a frequentar a documentação pesquisada participando de transações que envolviam a mercadoria humana. Em ambas as transações daquele ano (um resgate de hipoteca de bens de um casal bonfinense e uma compra de escravo), Francisco negociou com indivíduos que residiam na Corte (**APMB**, Livro 9º de Notas do 2º Tabelião da Cidade do Bom Fim, fls. 34-36 e **Arquivo Nacional**, BR.RJANRIO.84.0.ACI.07650, 1871-72). De 1875 em diante, tornaram-se bastante comuns as menções aos irmãos e às sociedades das quais fizeram parte nos documentos (principalmente nas procurações).

Outrora um “simples mascate, [que percorria as fazendas da região] vendendo seus gêneros e comprando gêneros da lavoura”, em 1872 Francisco já era proprietário

⁵ Os irmãos e suas firmas comerciais foram mencionados em 5,5% das escrituras e 46% das procurações analisadas, sendo responsáveis por 12% dos escravos e 27% dos ingênuos negociados no mercado bonfinense. Além deles, outros dois importantes grupos atuaram no período, um encabeçado pelo também português José Marques da Silveira e o outro comandado pelo Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva. Juntos, os três grupos negociaram 21% dos escravos e 32% dos ingênuos, sendo mencionados em 15% das escrituras e 60% das procurações (TIZOCO, 2018, pp. 131-132).

de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”, situado à Rua do Fogo, onde residia, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”. Em 1877, provavelmente em maio, o negociante teria vendido 20 escravos em Rio Preto, município cafeeiro da Mata mineira (**APMB**, CPO ACA 0258, 1877; **APMB**, DC CSO 27(527)1, 1872; **APMB**, CPO ACA 0258, 1877 e **A Actualidade**. Ouro Preto, 09/11/1878, p. 3) ⁶.

Caetano, em 1879, era tido como um “negociante conceituado e em grande escala”, “matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”. Em sua casa comercial (Figura 1), era possível encontrar “grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos” (**APMB**, DC CSO 23(459), 1868; **APMB**, 1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais, fls. 1-2v e MARTINEZ, 2007, p. 130).

Figura 1 – Residência e casa comercial de Caetano Baeta Neves.



Antiga Rua do Commercio (atual Rua Dr. Moreira da Rocha), em data ignorada do século XX, onde se vê, à esquerda, parte do estabelecimento comercial, conjugado à residência (ambos já demolidos), de Caetano Baeta Neves. Fonte da imagem: acervo do APMB.

⁶ Comerciantes de grosso trato podem ser entendidos como comerciantes atacadistas que se dedicavam aos vários segmentos do comércio e ocupavam o topo da hierarquia comercial. Ver, principalmente, FRAGOSO, 1992.

Ainda em 1879, Caetano realizaria o derradeiro “giro de negócios” da firma Baeta Neves & Irmão. Em meados de maio, o negociante teria partido de Bonfim rumo à Mata levando consigo “uma porção de escravos” para serem negociados. A pé, a comitiva aparentemente teria seguido a “estrada da Corte”, gastando cerca de 20 dias (incluindo as paradas) entre Bonfim e Juiz de Fora⁷.

O período dos “giros de negócios”, normalmente entre maio e agosto, coincidia com o período da colheita do café na região Sudeste do país. Isso porque, tendo uma boa colheita que os munia de capital, os fazendeiros procuravam investir no melhoramento de suas lavouras, adquirindo, entre outras coisas, mais escravos para as plantações. Ou seja, o resultado da safra de cada ano, que podia ser vislumbrado ao término da estação chuvosa, orientava os fazendeiros na aquisição de trabalhadores escravizados, visando reunir braços suficientes para aquela colheita e ter garantida a mão de obra necessária ao próximo plantio (entre outubro e dezembro) e à colheita da safra seguinte⁸.

Aparentemente, os irmãos realizavam poucas viagens à região da Mata / Corte (talvez apenas uma por ano), porém sempre levando quantidades consideráveis de escravos, o que reduziria os custos da viagem e permitiria que os negociantes também atendessem encomendas, aumentando a certeza da negociação de todo o lote. Todavia, as fontes localizadas não permitem compreender como eles procediam à concentração dos escravos adquiridos nos meses anteriores à partida, uma vez que não mencionam nenhum tipo de barracão ou cômodo com essa finalidade.⁹

⁷ Para mais detalhes a respeito dessa modalidade de transporte utilizada pelo tráfico interno no interior do Brasil após 1850, ver, por exemplo, NEVES, 2000 e CONRAD, 1975, p. 70.

⁸ COSENTINO, 2014, pp. 173-188; CANAL Rural. **Calendário Agrícola: veja qual o melhor período para o plantio e colheita das principais culturas do país**. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/calendario-agricola-veja-qual-melhor-periodo-para-plantio-colheita-das-principais-culturas-pais-900>, acesso em 20/07/2017.

⁹ CHALHOUB (1990, p. 29) e SCHEFFER (2012, pp 254-255), por exemplo, mencionam tais edificações encontradas nas propriedades de alguns dos comerciantes de escravos que analisaram.

Na viagem de 1879, ao passar por Barbacena, Neves mandou publicar o Anúncio 1. Menos de uma semana depois, já estava em Juiz de Fora, onde divulgou o informe de número 2.

Anúncio 1

— — — — —
Aviso.
— — — — —

O abaixo assignado tendo visto, no *Jornal do Commercio*, um protesto do Sr. Francisco Martins Nogueira, prevenindo aos Srs. fazendeiros da matta, para que não fação negocio com o mesmo abaixo assignado, acerca dos escravos, que forão do alferes Lucas Nogueira Penido; e porque tal publicação possa prejudical-o, visto que se acha com porção de escravos á venda e de partida para a matta, declara solememente e sob sua palavra de honra, que não possui, nos que conduz para vender, escravo algum dos mencionados e nem qualquer outro, sobre que possa haver a menor duvida.

O abaixo assignado é assaz conhecido e estabelecido na cidade de Bomfim; e nunca precisou de subterfugios em seus negocios. Barbacena, 1.º de Junho de 1879.

CAETANO BAETA NEVES.

Anúncio 2

—————
ATTENÇÃO
—————

No Rancho da Tapéra desta cidade. achão-se Baeta Neves & Irmão, com 70 escravos para vender: porção grande de negras de 12 a 16 annos, para mucamas, peças de primeira ordem.

Vendem por preços muito moderados.

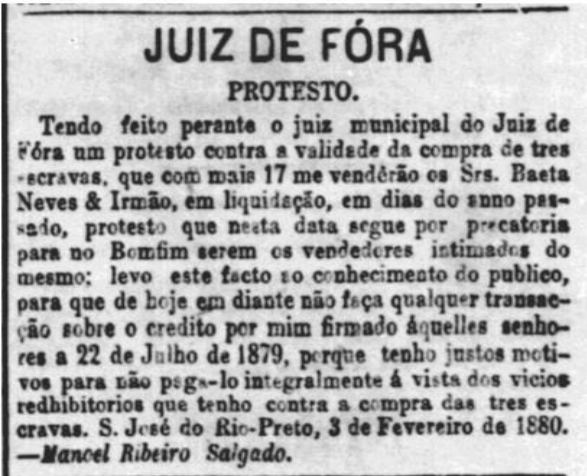
Fonte: Jornais **A Actualidade**, Ouro Preto, 04/06/1879, p. 3 e **Pharol**, Juiz de Fora, 15/06/1879, p. 3.

Entre junho e julho, Neves conseguiria negociar rapidamente vários dos cativos, como constatou SILVA (2019, pp 87-88) ao pesquisar os registros notariais de compra e venda de escravos em Juiz de Fora. A pesquisadora observou também que os cativos negociados por Neves tinham origens bastante variadas: três deles haviam sido matriculados em Sabará, um em Paracatu, outro em Patrocínio, uma na Corte e apenas uma em Bomfim, o que sugere que a maioria daqueles 70 cativos tivessem sido adquiridos em diversas localidades da província mineira, ou mesmo de outras províncias, sendo poucos oriundos de Bomfim. Infelizmente, ignora-se a quantidade de escravos que o negociante levava consigo ao iniciar a viagem, mas acredita-se que ele tenha efetuado

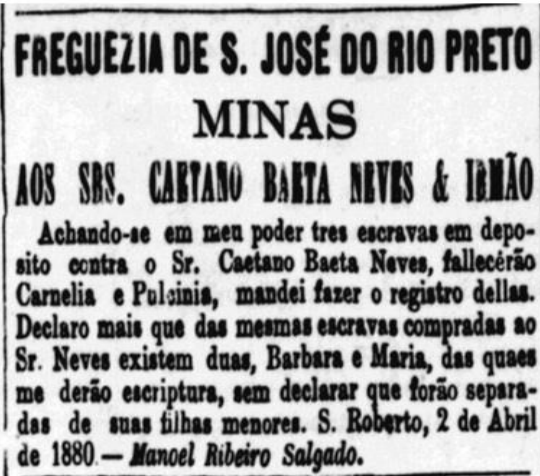
várias transações de compra, venda ou troca nas diferentes localidades pelas quais passou em seu trajeto até Juiz de Fora.¹⁰

Um dos clientes de Caetano em Juiz de Fora foi Manoel Ribeiro Salgado, morador da freguesia juiz-forana de São José do Rio Preto. Diferentemente da maioria das transações retratadas nos livros de compra e venda bonfinenses, com poucos escravos negociados de cada vez (80% delas envolvia até 2 cativos) e o pagamento em “dinheiro corrente”, entregue no ato da compra, esta grande aquisição de 20 trabalhadores foi paga com títulos de crédito, os quais o negociante fazia circular por meio de outras transações comerciais. Contudo, Salgado acabou tendo problemas com nada menos que 25% da “mercadoria” comprada, o que o levou a publicar os reclames 3 e 4:

Anúncio 3



Anúncio 4



Fonte: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 11/02/1880 e 07/04/1880, p. 4.

Os alegados “vícios redibitórios” possivelmente diriam respeito a alguma doença ou incapacidade para o trabalho.¹¹ Já em relação às escravas separadas de suas filhas menores, é possível imaginar que, em virtude dessa situação (ilegal), Bárbara e Maria

¹⁰ A julgar pela documentação analisada e pelas pesquisas de MACHADO, 2002 e SILVA, 2019, o mais provável é que a maioria das negociações envolvendo escravos na região da Mata se concentrasse no município de Juiz de Fora, que funcionaria como entreposto para a mercadoria cativa.

¹¹ Vício redibitório é o defeito oculto da coisa recebida que a torna inapropriada ao fim a que se destina ou que lhe diminui o valor. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/315/Vicio-redibitorio>. Acesso em 02/02/2018.

estivessem reivindicando ao novo senhor a retomada do contato com suas filhas, insatisfação esta que talvez se traduzisse em diminuição de produtividade ou, pior ainda, resistência ao trabalho, ao domínio do novo proprietário ou ao próprio cativo, como reagiram vários escravos mencionados nos processos analisados por CHALHOUB (1990) diante de situações por eles percebidas como injustas ou inaceitáveis.

Problemas em transações envolvendo escravos que levassem os adquirentes a requererem a revogação das mesmas não eram tão incomuns no comércio de longa distância, como demonstram as pesquisas dos já mencionados CHALHOUB (1990) e SCHEFFER (2012). Em sua maioria, as queixas diziam respeito a cativos com problemas de saúde não informados pelos vendedores. Dessa forma, realizar transações com pessoas conhecidas (e, de preferência, residentes no mesmo município), como argumenta READ (2012), poderia ser uma estratégia de os adquirentes se prevenirem de tais riscos e inconvenientes. Assim, percebe-se, entre negociantes que atuavam no comércio de longa distância, grande preocupação em transmitir e enfatizar uma imagem de credibilidade e respeitabilidade no mercado, como se percebe no último parágrafo do Anúncio 1.

O tráfico na segunda metade do século XIX, embora fosse uma atividade altamente lucrativa, também envolvia alto risco e exigia certos requisitos daqueles que nele pretendessem se aventurar, como gozar de considerável prestígio, estar inserido numa ampla rede de contatos comerciais em diferentes localidades e regiões, além de elevados investimentos de capital (READ, 2012; MACHADO, 2002; SCHEFFER, 2012; FLAUSINO, 2006).

No caso dos Baeta Neves, as estreitíssimas relações mantidas com membros da elite bonfinense os dotariam de acesso relativamente fácil a capitais econômico e político.¹² Caetano casou-se com D. Maria Sabina Baeta Neves, filha do “abastado

¹² Mesmo que brevemente, vale mencionar que o poder e influência políticos da família Baeta Neves só fizeram aumentar ao longo dos anos, principalmente durante a Primeira República. Nomeado Coronel Comandante Superior para a Guarda Nacional na Comarca de Bonfim, Caetano e seus descendentes dominaram a política local por décadas, além de também se destacarem no Legislativo estadual e federal. (TIZOCO, 2018, pp. 142-143).

fazendeiro e capitalista” (**A Actualidade**, Ouro Preto, 30/08/1881, p. 3)¹³. Luiz José Teixeira (natural da Ilha Terceira do Reino de Portugal e residente em Bonfim). Além disso, o influente e endinheirado Tenente Coronel José Egydio da Silva Campos era padrinho e amigo íntimo dos irmãos Neves, a quem considerava “o mesmo que filhos”.

Proprietário do jornal liberal ouro-pretano *A Actualidade*, José Egydio, residia à Praça da Matriz da Cidade do Bomfim (antes de se mudar para Ouro Preto no final da década de 1870), sendo citado nas edições do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* como vereador (1865, 1870), inspetor municipal (1865), 1º suplente de Juiz Municipal (1870), negociante de bestas bravas (1870 e 1873) e advogado (1865, 1873 e 1875)¹⁴.

José Egydio teria formado sociedade com Francisco na década de 1870, emprestando-lhe dinheiro para compra de escravos e também os comprando para o negociante revender, como informa em carta a ele enviada em 1878:

Recebi tua última carta, em que me dizias não querer ficar com os escravos, que bem mal me fez; pois eu tendo os comprado para você, como pechincha, e não dispondo de dinheiro na ocasião, vi-me na precisão de contrair empréstimo, de que não gosto, como sabes, e estou ainda com eles, visto que por aqui [Ouro Preto] não há compradores. (**APMB**, CPO ACA 0252, 1885)

Tal sociedade faria o Tenente dever “muitas obrigações ao Chico Baeta, que lhe tinha dado muito dinheiro a ganhar com negócio de escravos”. Por outro lado, “Chico Baeta havia ganho muito dinheiro à custa dele, já lhe emprestando quantias, já lhe prestando toda a sorte de proteção” (**APMB**, CPO ACA 0252, 1885).

Os irmãos Neves também mantinham importantes contatos comerciais em diversas regiões mineiras, em especial na Zona da Mata, e também entre comerciantes estabelecidos na Corte, como José Alves Bibiano, sócio da firma Marinho & Bebiano. Com provável naturalidade ou ascendência portuguesa, é possível que Bibiano inclusive

¹³ O termo “capitalista”, nesse caso, pode ser entendido como “O que empresta o seu capital a um empregador d’industria.” (VIEIRA, 1873).

¹⁴ Respectivamente pp. 38, 147-148; 361-363, 365; 131-132, 139; 421

nutrisse relações de longa data com os Baeta Neves, visto haver registros de uma família Alves Bebianno na região da Castanheira de Pera no século XIX (PORTELA, 2016, pp. 16-17).

A primeira aparição da firma Marinho & Bebianno nos registros bonfinenses deu-se em 1876, na ocasião da venda da família de Faustina e Miguel, narrada no início deste texto. Participou ainda de outras duas negociações ao longo do ano seguinte, representando os Baeta Neves na compra de um escravo e venda de outro, negociações estas efetuadas com moradores de municípios da Mata mineira.

Sediada na Corte, à rua de São Pedro, 122, a empresa é citada às páginas 784 e 812 da edição de 1876 do *Almanak Laemmert* como um “armazém de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)” e como “casa de comissões de gêneros de importação e exportação”. Durante seu funcionamento, entre o início de 1875 e o final de 1877, foram registradas importações de produtos de origem europeia como conservas e doces franceses e fósforos alemães (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15/02/1876, 22/01/1876 e 22/12/1875, p. 1).

Observando anúncios publicados no *Jornal do Commercio* entre as décadas de 1860 e 1880, percebe-se que a mencionada Rua de São Pedro (Figura 2) possuía diversas casas de sobrado com lojas “próprias para negócios de fazendas ou qualquer outro”. Tais edifícios, não raro, encontravam-se alugados a portugueses ou pessoas que mantinham relações comerciais ou pessoais com portugueses do reino (inclusive da região de Ribeira de Pera) (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22/07/1865, p. 4, 16/03/1878, p. 2, 19/10/1881, p. 5, 28/11/1882, p. 6).

Um desses sobrados, o de número 98, “muito próprio para qualquer estabelecimento comercial e com magníficos cômodos para família” e que, no final de 1884, abrigava a firma Bibiano & C., sediou atuação comercial de Caetano Baeta Neves em janeiro de 1881. Foi este endereço que o negociante estipulou para que possíveis credores de sua firma Caetano Baeta Neves & Cia., em liquidação, comparecessem no prazo de três dias para serem pagos (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 09/04/1863, p.4, 02/12/1884, p. 3 e 13/01/1881, p. 4).

Alguns meses depois, também era ali que deveriam se apresentar os interessados em outros dois anúncios que visavam recrutar “um homem português, com prática de lavoura neste país ou em Portugal, que dê fiador à sua conduta, para dirigir o serviço de uma fazenda em Minas” e “um pequeno, de 12 a 16 anos de idade, dos últimos chegados de Portugal, que dê fiador à sua conduta, para caixeiro de uma casa de negócio na província de Minas”. Em ambos os reclames, não é possível saber se tais empregados estariam sendo demandados pelos Baeta Neves ou mesmo se o recrutador seria Bibiano, mas não deixa de ser interessante o fato de, naquele endereço, situado numa vizinhança permeada de portugueses e descendentes, encontrarem-se pessoas (portuguesas ou com relações próximas) intermediando relações de outros portugueses com fazendeiros e negociantes mineiros (talvez também de origem lusa) (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 16/08/1881, p. 4 e 27/10/1881, p. 6).

Figura 2 – Antiga Rua de São Pedro, RJ.



Na foto, do início dos anos 1940, vê-se os sobrados do lado par da antiga rua de São Pedro. Conforme planta da Corte na segunda metade do oitocentos (GOTTO, 1866), estão indicadas as prováveis localizações dos prédios de números 98 e 122. O quarteirão indicado na foto atualmente encontra-se entre as ruas Miguel Couto e Uruguaiana. Todas as construções retratadas foram postas abaixo e substituídas pelas pistas da Avenida Presidente Vargas e por modernos arranha-céus. Fonte da imagem:

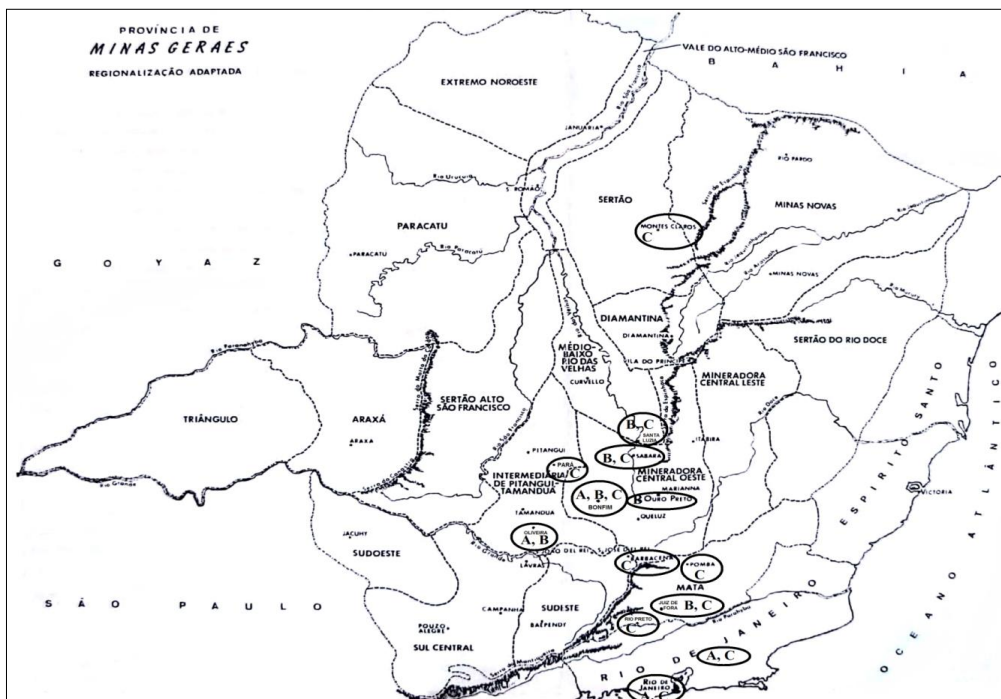
Arquivo Diários Associados-RJ - Acervo IMS.

Analisando os registros de comerciantes matriculados no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro entre 1850 e 1870, Paula Cypriano constatou

a existência de uma elite mercantil portuguesa na cidade do Rio de Janeiro que se constituiu a partir da inserção de jovens caixeiros no florescente mercado comercial da capital do Império. As possibilidades de trabalho oferecidas pelo comércio permitiram a esses jovens [...] realizar o sonho de [em cerca de duas décadas] tornar-se donos de seu próprio estabelecimento. A ascensão econômica permitia aos mais bem-sucedidos adquirir prestígio e projetar-se politicamente na sociedade. (CYPRIANO, 2008) ¹⁵

Dessa forma, a trajetória de ascensão social dos Baeta Neves, as atividades comerciais por eles desenvolvidas e suas relações mantidas com outros portugueses da Corte seguiam um padrão relativamente comum verificado entre os imigrantes lusos que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX, indicando que aquele fenômeno verificado por Cypriano não se restringiria à capital do Império, podendo ser vislumbrado até mesmo na distante e interiorana Bonfim do Paraopeba.

Figura 3 – Municípios e regiões com os quais os principais grupos de negociantes de escravos bonfinenses mantiveram contatos comerciais (1860-1888)



¹⁵ Ver também MENEZES & CYPRIANO, 2007.

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB e jornais A Actualidade, A Província de Minas, Diário de Minas, Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e Pharol. Mapa extraído de PAIVA, 1996, p. 91 e modificado pelo autor.

Obs.: **Grupo A** - José Marques da Silveira e seu filho, José Marques da Silveira Junior; **Grupo B** - firma Andrade e Silva, Lobato & Cia. e seu sócio-gerente, Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva; **Grupo C** - firmas Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão, além de seus principais sócios, os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves.

A Figura 3 mostra que os principais negociantes de escravos bonfinenses concentravam suas ações no município e seu entorno, no caminho para a Mata, na Mata e seu entorno e na Corte. Os Baeta Neves, contudo, também possuíam contatos comerciais com regiões mineiras mais distantes de Bonfim, como a do Sertão. Os negócios de tais comerciantes ramificavam-se ainda mais pelo interior do município e da província a partir de seus contatos comerciais e indivíduos que intermediavam suas negociações. Essa capilaridade das relações comerciais dos negociantes de escravos e intermediários bonfinenses mostrou-se essencial à interconexão entre os mercados de cativos regional e nacional¹⁶.

A maioria de tais negociantes, intermediários e firmas, embora lançassem mão de diferentes meios e artifícios para granjear escravos para seus negócios, ao menos em algum momento de sua atuação comercial agiram como descreve Robert Conrad:

O tráfico interno de escravos criou novas companhias de negociação de escravos e uma nova profissão: a de comprador de escravos viajante, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou os residentes das cidades a venderem um ou dois escravos por metal sonante. Os compradores de escravos iam de sítio em sítio, de porta em porta. (CONRAD, 1975, p. 68)

¹⁶ Além das firmas comerciais e dos indivíduos claramente identificados como comerciantes, observou-se que algumas pessoas atuaram unicamente como procuradores ou tiveram participação pequena ou pontual como transmitentes ou adquirentes, porém intermediando várias transações. Embora não se possa dizer que fossem comerciantes de escravos, ou mesmo que tivessem a comercialização de cativos como principal fonte de renda, ou que tenham atuado no mercado por um longo período, é possível admitir que auferissem algum lucro e mesmo prestígio através de suas atuações como procuradores, nas quais uniam transmitente, adquirente e, em alguns casos também outros procuradores, formando redes que superavam as distâncias e possibilitavam que a transação se concretizasse. Ver CHALHOUB, 1990; SCHEFFER, 2012.; READ, 2012.

Tal expediente pode ser verificado, nos registros bonfinenses, sobretudo em procurações passadas com motivos genéricos como “comprar escravos”, “comprar escravos e arrematar em praças públicas, neste termo ou em qualquer parte da província ou Império”, “fazer compras de escravos, assinar e aceitar as escrituras”, “comprar escravos nesta província” ou “fazer compra de escravos e aceitar escrituras de compras dos mesmos, tanto na Corte do Rio como em qualquer parte deste Império”.

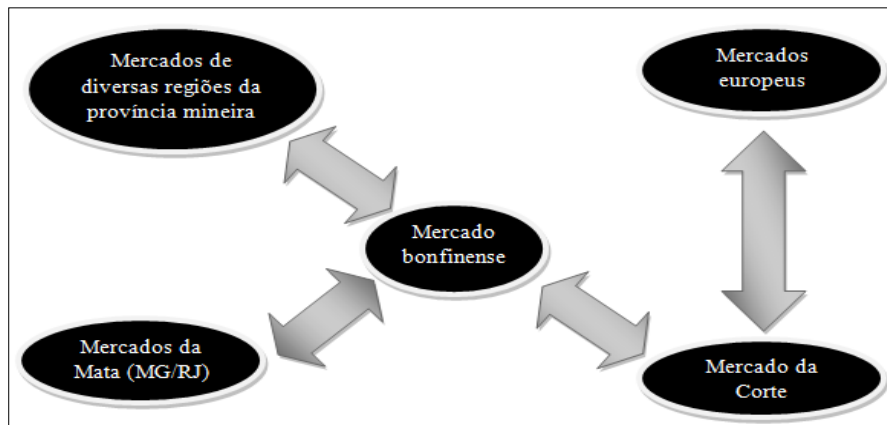
Sobre a atuação dos traficantes bonfinenses, ainda é importante destacar dois aspectos. Primeiro, que ela não se dava apenas levando cativos do município para outras localidades. Eles também vendiam, no mercado local, indivíduos que poderiam vir de outras localidades. Ou seja, as transferências internas de cativos nessa região se davam de forma muito mais complexa que uma simples retirada de indivíduos de uma determinada região para enviar para outra, não havendo um único fluxo¹⁷.

Segundo que eles não comercializavam unicamente escravos. Estes seriam apenas mais uma entre as muitas mercadorias por eles negociadas, embora talvez a mais lucrativa. Seus períodos de atuação também indicam a possibilidade de terem aproveitado as oportunidades criadas a partir do crescimento da demanda e da elevação dos preços, entre as décadas de 1860 e início da de 1880, para se lançarem no mercado de cativos, beneficiando-se de rotas e contatos comerciais previamente conhecidos.

A rede de comercial na qual os irmãos Baeta Neves estiveram inseridos, representada pelo diagrama da Figura 4, evidencia que tais comerciantes, ao negociarem escravos ou outras mercadorias, circulavam por mercados do interior da província mineira (ou a eles tinham acesso via outros comerciantes, ou intermediários), conectando-os a mercados da região cafeeira de Minas e do Rio, bem como também ao da Corte, onde, por intermédio de outros comerciantes (portugueses em grande medida), entravam em contato com mercados e produtos europeus.

¹⁷ Ver também MARTINS, 1994; MOTTA, 2012; FLAUSINO, 2006.

Figura 4 – Rede comercial dos irmãos Francisco e Caetano Baeta Neves



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB e jornais A Actualidade, A Província de Minas, Diário de Minas, Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e Pharol. Elaboração própria.

Entre 1879 e 1880, Francisco teria se retirado dos negócios de escravos e se mudado da cidade para sua fazenda na região do Nhotim / Fecho do Funil, dedicando-se à criação de gado para venda e também atuando como tropeiro (**A Província de Minas**, Ouro Preto, 12/07/1883, p. 4 e **APMB**, CSO 69 (09), 1896). Data dessa época o período em que a firma Baeta Neves & Irmão entrou em liquidação (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 11/02/1880, p. 4 e **APMB**, Março 1879 - 7º Livro de Procurações do Cartório do 2º Tabelião da Cidade do Bomfim, fl. 62-62v).

Caetano ainda continuaria negociando escravos, embora em proporções bem mais modestas e, aparentemente, sem sociedade, até abril de 1883, quando vendeu o preto Moizes a Damaso Saturnino Parreiras, residente na sede municipal bonfinense, por Rs 900\$000. Moizes havia sido adquirido por Neves duas semanas antes, através de troca que fez, com morador do distrito de Piedade dos Gerais, da parda Felizarda (acompanhada de dois ingênuos), tendo sido ambos avaliados em 800\$000 (**APMB**, Livro 6º de Notas para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 20-22).

Em agosto daquele ano, ele teve sua primeira e única alforria registrada. A preta Alexandrina, de 16 anos, solteira, fiadeira (provavelmente matriculada em outro município), foi um dos nove libertos pela 4ª quota do fundo de emancipação que coube

a Bonfim. Ou seja, abandonando os negócios de escravos por já estarem pouco lucrativos, o comerciante ainda conseguiu, através da indenização do Estado, minimizar possíveis prejuízos com “mercadoria parada” (**APMB**, 1875 - Protocollo do Escrivão de Orphãos da Cidade do Bomfim para as Audiencias do Juizo de Orphãos - 1º Officio, fls. 48-49. MARTINS, 1983)¹⁸.

...e pela perspectiva de frequentadores ocasionais

Antonio José Parreiras Coelho, que abre este texto tratando da venda de Maria, teve uma segunda participação registrada no mercado de escravos bonfinense, no ano de 1880, quando comprou Moizes de Pantaleão Alves Parreiras (**APMB**, [Anotações avulsas do Tabelião do 1º Officio]). Além de tropeiro, Coelho é mencionado nas edições do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* como inspetor de quarteirão (1864) e juiz de paz (1870)¹⁹. Falecendo aos 03/01/1888, deixou bens avaliados em Rs 25:319\$296, dos quais se destacam, por estarem relacionadas às atividades produtivas por ele desenvolvidas, uma tenda de ferreiro, dois carros de boi, 40 cabeças de gado bovino, 18 burros e cinco cavalos, um grande rancho de tropa com cozinha e pasto na Fazenda do Cotta, um canavial, duas roças de milho, um engenho de cana movido por água com todos os seus pertences na Fazenda do Engenho, seis escravos e Rs 7:943\$490 em dívidas ativas (31,4% do valor do monte mor), sendo Rs 7:516\$370 provenientes de créditos passados a 52 devedores e Rs 427\$120 de 23 pessoas que deviam por rol (ou seja, por compras realizadas e ainda não pagas).²⁰

Compondo 10,7% do monte mor, os escravos eram todos homens, solteiros, brasileiros, lavradores ou roceiros, e com idades entre 31 e 47 anos. Um deles havia fugido, só voltando a aparecer após “a lei de 13 de maio de 1888”. O inventário cita dois

¹⁸ Ver também MOTTA, 2012.

¹⁹ Respectivamente pp. 114-117, 362.

²⁰ **APMB**, CSO INV 0435, 1888. Nas tendas de ferreiro costumavam ser produzidas ferramentas como enxadas, foices, machados, peças empregadas na construção de carros de boi, pregos, taxas, ferraduras, entre outros. (MARTINEZ, 2014, p. 178; LIBBY, 1988, p. 146).

Moyses, ambos com 35 anos, de forma que, aparentemente, o escravo adquirido em 1880 teria permanecido em companhia de Coelho.

Assim como o tropeiro, a maioria daqueles que recorreram ao mercado bonfinense para negociar cativos o fez uma, ou, no máximo, duas vezes. Com efeito, se três grupos de negociantes foram responsáveis por movimentar cerca de 1/5 dos escravos negociados, os outros 4/5 passaram por mãos de pessoas “comuns” que, pela pouca participação no mercado não podem ser classificados como negociantes ou intermediários. Das 237 escrituras analisadas, são citados 223 diferentes nomes de transmitentes e 175 de adquirentes, o que indica a ocorrência de alguma concentração de cativos nas mãos de determinados indivíduos, uma vez que menos pessoas passaram a possuir a mesma quantidade de escravos anteriormente possuída por uma maior quantidade de proprietários.²¹

Trinta e duas pessoas, além de Coelho, atuaram no mercado ora comprando, ora vendendo cativos. Contudo, mais da metade destas não aumentou nem diminuiu suas posses através das transações das quais participaram, por terem cedido a mesma quantidade de escravos que adquiriram. Isso pode ter relação com a oscilação dos preços dos escravos, incentivando proprietários a negociarem algum de seus cativos em períodos de elevação dos preços e adquirirem outro em momentos de queda dos preços, aproveitando as oportunidades para investir na renovação de suas posses ou constituir capital para outros tipos de investimento.

O destino que Coelho deu ao escravo adquirido também parece ter sido o mesmo que a maioria dos adquirentes bonfinenses “comuns”: trabalhar em suas propriedades. A análise dos inventários de 16 desses adquirentes revelou que a maioria dos trabalhadores por eles comprados continuava em suas posses quando de sua morte. Quanto àqueles cativos adquiridos e que não estavam presentes quando da produção do inventário, que foram minoria, primeiramente há que se considerar a óbvia

²¹ Comportamento também observado nos municípios de Campinas (SCHEFFER, 2012), Santos (READ, 2012) e Barbacena (CAMPOS, 2011). Ver também FRANK, 2012.

possibilidade de haverem falecido ou mesmo sido alforriados ao longo de tal período (que, em alguns casos, chegou a ser de quase duas décadas), de forma que, se algum deles chegou a ser posteriormente revendido, essa porcentagem parece ter sido pouco significativa.

Logo, excetuando-se os indivíduos claramente identificados como negociantes ou intermediários, a maioria dos transmitentes e adquirentes do mercado bonfinense não parecia estar agindo de forma especulativa, comprando escravos para revender a preços mais elevados, mas sim visando renovar ou mesmo ampliar suas posses, saldar dívidas ou ter acesso a créditos, ou ainda reunir nas mãos de um único senhor escravos possuídos em condomínio (em pelo menos 9% das transações analisadas os escravos negociados eram fruto de herança).

A análise dos inventários indicou também as seguintes tendências: 1 - Inventariados que não deixaram escravos estavam, invariavelmente, ligados a atividades exercidas no meio urbano (como atividades intelectuais e comércio fixo). 2- Posses grandes (11 a 35 escravos) e excepcionais (36 ou mais) estavam relacionadas, em sua maioria, a atividades ligadas à produção de gêneros alimentícios, principalmente milho, arroz e feijão em grande escala, além de também abrigarem criação de animais (principalmente suínos) e variadas atividades de transformação, como fiação e ou tecelagem de lã e algodão, produção de itens de ferro, transformação da cana (sobretudo fabricação de aguardente), produção de couros, transformação da mandioca (farinha, polvilho). Costumavam ainda possuir plantações de café nos quintais de suas casas de morada (rurais ou urbanas), produzindo em pequena escala, provavelmente para consumo local. Por possuírem meios de transporte próprios para escoar sua produção (carros de boi, carretões, juntas de bois, cavalos e muares), seriam menos (ou nada) dependentes de intermediários ou atravessadores para levarem seus produtos (e talvez até mesmo os de pequenos produtores vizinhos) aos mercados, reduzindo os custos com transporte e aumentando sua rentabilidade (LENHARO, 1993; CHAVES, 1999, pp.

51-52, 65-66; GODOY, 2004, pp. 287-288)²². 3- Proprietários médios (4 a 10 escravos) e pequenos (1 a 3), podiam ser encontrados desempenhando atividades relacionadas ao transporte, bem como negociantes de fazendas secas e ou molhadas (portanto, comércio fixo, de caráter predominantemente urbano) ou pequenos e médios produtores rurais, com produção mediana de gêneros alimentícios, criação de suínos e atividades de transformação (principalmente as têxteis, do ferro e da cana) em menor escala. 4- A maioria dos inventariados analisados, independentemente do tamanho da posse, também se ocupava, em alguma medida, de atividades relacionadas ao transporte de mercadorias, setor que também se destacou no emprego de trabalhadores escravizados em Bonfim.

Tais constatações corroboram, para Bonfim, aquelas que a pesquisa de Marcelo Godoy obteve para a província. O autor lembra que, no século XIX, a produção de derivados da cana em Minas estava fortemente consorciada com outras atividades produtivas, sendo a sazonalidade outra característica marcante da produção dessas fazendas. Aponta ainda para uma forte associação entre produção de derivados da cana e escravidão na província, uma vez que, na década de 1830, a média de escravos nos fogos com engenho era quase 1000% maior do que a média provincial. Além disso, enquanto na província 68% dos fogos não possuíam escravos, nos fogos com engenho tal porcentagem caía para míseros 4%. Finalmente, observa também que todos os tipos do comércio fixo apresentavam menor média de escravos que os tipos do comércio de tropas, o que se explicaria pela regular utilização de cativos como tropeiros e maior frequência de tropas em grandes unidades agrícolas escravistas (a típica fazenda mineira, com produção diversificada, tropa própria e, em alguns casos, estabelecimento comercial), além do fato de negociantes raramente adquirirem escravizados para o trabalho no comércio, mas sim como forma de diversificação dos investimentos, alocando-os em outras atividades (GODOY, 2004, pp. 65, 421-422, 291-292).

²² A classificação das posses conforme seu tamanho segue parâmetros utilizados por MARTINEZ, 2014, p. 135.

Apenas dois entre os 16 adquirentes analisados possuíam menos que dois escravos, o que seria forte indício a corroborar a hipótese de que a maioria dos proprietários bonfinenses que estavam adquirindo escravos apresentavam posses, no mínimo, de tamanho médio. Dessa forma, proprietários de um único escravo ou de nenhum devem ter sido uma pequena minoria entre os adquirentes da localidade. Depois de 1850, aqueles que ainda não haviam entrado para o grupo dos proprietários de escravos veriam suas chances de fazê-lo se tornarem cada vez mais distantes (FRANK, 2012).

Além dos adquirentes, três transmitentes bonfinenses também tiveram seus inventários analisados. Embora, pela quantidade reduzida de casos, tal análise não permita tecer generalizações, eles apresentam em comum duas características interessantes: eram pequenos ou médios proprietários de terras e escravos ou então encontravam-se bastante endividados. Embora não se possa afirmar que uma porcentagem significativa de transmitentes se encontrasse em tais situações, isso também não parece ser muito improvável.

Logo, os grandes e médios fazendeiros locais, ligados à produção para abastecimento do mercado interno provincial (e também de regiões da província do Rio), aparentemente estariam conseguindo reter no município grande parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados ao mercado. Ao fazê-lo, competiam com os grandes comerciantes que visavam suprir a demanda por mão de obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo daqueles ligados à produção para exportação.

Considerações finais

Acervos notariais estão recheados de nomes e ações corriqueiras de indivíduos que, em sua maioria, não se destacaram por terem revolucionado a História, mas que viveram e agiram nas sociedades que o historiador busca compreender. Assim, ao

explorarmos mais detalhadamente aspectos da trajetória de pessoas que, num dado momento de suas vidas, estiveram comercializando outros seres humanos, adentramos um universo de relações que possibilitaram o girar das engrenagens da escravidão no Brasil oitocentista.

Os irmãos Baeta Neves, embora possuam seu caráter de excepcionalidade em relação aos demais comerciantes e habitantes de Bonfim, também apresentam atributos de normalidade em relação aos grandes comerciantes de escravos inseridos no tráfico interno durante a segunda metade do século XIX, traços estes evidenciados por suas formas de atuação no mercado (GRENDI, 2009; GINZBURG & PONI, 1991, pp. 176-177).

Mercados de escravos locais e nacional após 1850 funcionavam de forma interdependente e interconectada por complexas redes de indivíduos que atuavam através de relações sociais e econômicas previamente estabelecidas e em constante construção, daí a importância de se entender uma transação de escravos como uma atividade também ligada à criação ou manutenção de vínculos sociais e econômicos que envolviam prestígio e confiança entre as partes envolvidas, enfatizando as hierarquias econômicas e sociais existentes. Tais transações dificilmente englobavam unicamente a mercadoria humana. Os contatos firmados durante tais negociações muito costumavam ser preservados para transações futuras, envolvendo a mercadoria cativa ou qualquer outra. Nesse sentido, os Baetas foram importantes pontos de conexão que compunham as intrincadas redes comerciais e políticas do Império (READ, 2012).

Se o tráfico interno (em suas modalidades intra e interprovincial) despovoou de escravos regiões do Império menos dinâmicas economicamente, isso não pôde ser verificado em Bonfim, uma vez que o comércio de escravos ali documentado era de natureza eminentemente regional, além de multidirecional. Bonfim tanto perdeu

escravos para outros municípios, quanto recebeu, chegando à década de 1880 ainda com uma quantidade significativa de trabalhadores escravizados²³.

Cativos estes que foram essenciais à sustentabilidade da produção não apenas para fazendeiros como Antonio José Parreiras Coelho (tão normal e tão excepcional quanto os Baetas) como também para todos os setores escravistas da sociedade bonfinense até os momentos finais da escravidão (MARTINEZ, 2014, pp. 136-137 e 196).

Contudo, nem todos os estratos escravistas da sociedade contariam com as mesmas condições de conservar suas posses. Aparentemente, a maioria dos escravos bonfinenses disponibilizados ao mercado proviriam de pequenos e médios proprietários, de heranças ou de senhores endividados, enquanto os grandes e excepcionais escravistas parecem ter sido os principais adquirentes. Logo, estaria em curso, após 1850, uma crescente dissolução das posses menores e concentração dos escravos nas mãos dos grandes fazendeiros locais.

Articulando as particularidades da economia bonfinense a uma lógica econômica e a sistemas de trocas e intercâmbios mais amplos, ressalta-se a necessidade de se compreender as regiões abastecedoras, como Bonfim, como partes fundamentais dentro de uma divisão internacional da produção no capitalismo global do século XIX. A produção bonfinense, além de abastecer o mercado local, gerava excedentes comercializados inclusive em regiões vinculadas à economia de exportação. Tal situação também se verificava em uma parte significativa da província mineira (ao menos na região Mineradora Central Oeste, não seria diferente). Logo, o estudo do comércio de escravos em Bonfim representa ao menos uma parte considerável da extensa e multifacetada província de Minas, sinalizando ainda que a manutenção da escravidão por quase todo o século XIX no Brasil não pode ser explicada unicamente pela economia de *plantation*.

²³ Embora tenha passado de cerca de 6500 indivíduos na década de 1830 para pouco mais de 4100 no final dos anos 1870, a população escravizada bonfinense não seguiu uma trajetória de queda constante durante o período, tendo alternado momentos de diminuição e aumento sem, contudo, chegar a se igualar à cifra inicial. Para mais detalhes, ver TIZOCO, 2018, pp. 45-62.

Referências

- CAMPOS, Leonardo França. **Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.
- COSENTINO, Daniel do Val. *A tributação sobre a escravidão e o comércio de escravos na província de Minas Gerais*. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, pp. 173-188.
- CYPRIANO, Paula Leitão. *Imigração, negócios e poder: promoção social e projeção política dos imigrantes portugueses na sociedade carioca 1850-1870*. **XIII Encontro de História ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2008.
- FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e Pobres: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2012.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____; PONI, Carlo. *O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual*. In: GINZBURG, Carlo. et al. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio - um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. 2004. Tese (Doutorado em História) - PPGHE/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.
- GOTTO, Edward. **Plan of the city of Rio de Janeiro, 1866**.
- GRENDI, Edoardo. *Microanálise e História Social*. In ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. **X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina, 2002.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

_____. **Cinzas do passado: Cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG: 1831/ 1914**. Londrina: Eduel, 2014.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora*. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1, jan-abr 1983.

_____. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Texto para Discussão nº 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.

MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. *Imigração e Negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870)*. **III Seminário Internacional de E/Imigração Portuguesa**. PUC/SP – UNISANTOS, 2007.

MOTTA, José Flávio. **Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista*. In: **Afro-Ásia**, v. 24, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado).

PORTELA, Miguel. *A indústria dos lanifícios na freguesia da Castanheira vista pelo jornal O Figueiroense em 1902*. In.: **O Ribeira de Pera**. Castanheira de Pera, II série, nº 22, 16 de maio de 2016, pp. 16-17.

READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888**. Stanford: Stanford University Press, 2012.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

SILVA, Dayana de Oliveira da. **Destinos incertos: negociantes, cativos e o tráfico interno em Juiz de Fora (1870-1880)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

SLENES, Robert W. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888*. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

TIZOCO, Ulisses H. **Pessoas Negociando Pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza**. Segundo volume. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

O autor

Ulisses Henrique Tizoco

Universidade de São Paulo – USP

Recebido em 05/2023 • Aprovado em 06/2023 • Publicado em 07/2023